



PROGRAMA ATENA - ESTRATÉGIAS E AÇÕES EM  
ADVOCACY PARA A CIDADANIA LGBTI NOS PODERES  
EXECUTIVOS ESTADUAIS

## MAPA DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ POLÍTICAS MATRICIAIS

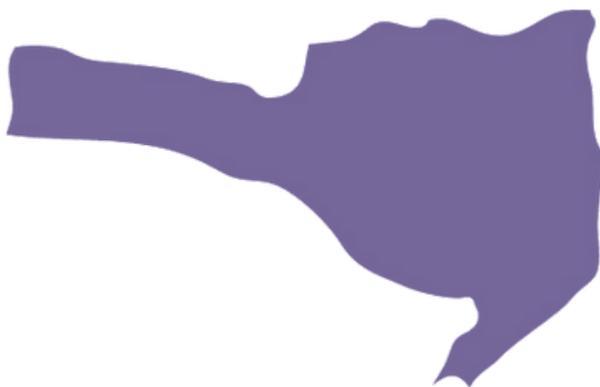
### INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS (1-5)

 **2,18** Órgão Gestor

 **1,00** Conselho estadual

 **1,34** Plano/Programa

**ORÇAMENTO DIVERSIDADE**  
PPA 2020-2023: 1 AÇÃO



### Conferências Estaduais LGBTI+

- I. Decreto SC nº 45.607/2008
- II. Decreto SC nº 48.119/2011
- III. Decreto SC nº 597/2016

### OUTROS ÓRGÃOS PÚBLICOS DE CONTROLE

#### MPSC



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

#### DPSC



**NUCIDH**  
Núcleo de Cidadania, Igualdade, Diversidade, Direitos Humanos e Coletivos

#### PCSC



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

#### TJSC



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.

#### ALSC



Não há informações sobre normativas específicas ou subdivisão/núcleo relacionados à promoção da cidadania e enfrentamento à violência em razão de identidade de gênero e orientação sexual.



## LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

DIREITOS NA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

2003



*Lei SC nº 12.574, de 04 de abril de 2003 (revogado):* Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e adota outras providências. Declarado inconstitucional pela ADI TJSC 2003.011276-6. Revogada pela *Lei Complementar SC nº 656, de 08 de outubro de 2015*

2010



*Lei Complementar SC nº 527, de 28 de dezembro de 2010:* Estabelece penalidades a serem aplicadas à pessoa jurídica de direito privado que permitir ou tolerar a prática de atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos em razão de preconceitos de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.

2016



*Decreto SC nº 619, de 23 de fevereiro de 2016:* Regulamenta a *Lei Complementar nº 527, de 2010, que estabelece penalidades a serem aplicadas à pessoa jurídica de direito privado que permitir ou tolerar a prática de atos atentatórios e discriminatórios aos direitos individuais e coletivos em razão de preconceitos de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual.*

2017



*Lei SC nº 17.335, de 30 de novembro de 2017:* Consolida as Leis que dispõem sobre a instituição de datas e festividades alusivas no âmbito do Estado de Santa Catarina.

2018



*Lei SC nº 17.449, de 10 de janeiro de 2018:* Institui o Sistema Estadual de Cultura (SIEC) e estabelece outras providências. Art. 3º São objetivos do SIEC: VI - I - valorizar e promover a cultura da paz e do respeito às diferenças étnicas, geracionais, de gênero e de orientação sexual.

2020



*Lei SC nº 17.993, de 27 de agosto de 2020:* Dispõe sobre a proibição de inquirir sobre a religião e a orientação sexual de candidatos, em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins.



## LINHA DO TEMPO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+

DIREITOS NA LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS

2020



*Lei SC nº 17.993, de 27 de agosto de 2020:* Dispõe sobre a proibição de inquirir sobre a religião e a orientação sexual de candidatos, em questionários de emprego, admissão ou adesão a empresas públicas ou privadas, sociedades, associações, clubes e afins.

2020



*Lei SC nº 18.018, de 09 de outubro de 2020:* Institui a Política Estadual para a População Migrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias no Estado de Santa Catarina. Art. 3º. São diretrizes da atuação do Poder Público na implementação da Política Estadual para a População Migrante: III - respeitar às especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião, deficiência e promover abordagem interseccional para combate dos marcadores de subordinação.

2021



*Lei SC 18.278, de 20 de dezembro de 2021:* Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina.

2022



*Lei SC nº 18.322, de 05 de janeiro de 2022:* Consolida as Leis que dispõem sobre Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Art. 3º. Para efeito desta Lei considera-se violência contra a mulher: Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

2022



*Emenda Constitucional SC nº 23, de 03 de julho de 2022:* altera o inciso IV do art. 4º da Constituição do Estado de Santa Catarina incluindo a expressão "orientação sexual": a lei cominará sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a entidades que incorrerem em discriminação por motivo de origem, raça, cor, sexo, idade, estado civil, crença religiosa, orientação sexual ou de convicção política ou filosófica, e de outras quaisquer formas, independentemente das medidas judiciais previstas em lei;